

BREVE DISCUSSÃO SOBRE O CONCEITO DE CIDADE MÉDIA

Andresa Lourenço da SILVA¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir os diferentes conceitos, abordagens e interpretações sobre cidades médias no Brasil. A problemática central deste artigo é mostrar a dificuldade em definir cidade média, quer seja pela heterogeneidade das realidades, quer seja pela temporalidade dos fenômenos econômico-sociais cujas constantes mudanças condicionam o enquadramento dos territórios não metropolitanos (COSTA, 2002). Neste sentido, ressaltamos que nossa intenção não é propor uma definição de cidade média e tão pouco defender um conceito *per si* de cidade média, mas confrontar as diferentes perspectivas, abordagens e critérios de autores e pesquisadores sobre os desafios em se trabalhar com cidades médias no Brasil. Sua justificativa respalda-se no interesse em verificar os principais critérios e parâmetros utilizados na hora de classificar uma cidade como média. No que se refere à metodologia de pesquisa, promovemos um diálogo entre autores de diferentes linhas teóricas. Entre eles, destacamos as contribuições de Corrêa (2000), Santos (1993), Fresca (2009) Amorim Filho (2001), Castello Branco (2006), Sposito (2007) entre outros, constituindo-se os referenciais teórico-metodológicos. Os resultados obtidos indicam que são inúmeras as possibilidades de análises no âmbito das cidades médias dadas as disparidades e diversidades das cidades e pelas funções desempenhadas por essas cidades na rede urbana brasileira.

Palavras-Chave: Cidades Médias. Conceitos. Teorias.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

BRIEF DISCUSSION ON THE CONCEPT OF MEDIUM-SIZED CITIES

ABSTRACT

This article aims to discuss the various concepts, approaches and interpretations of medium-sized cities in Brazil. The central problematic of this paper is to show the difficulty in defining what is medium-sized city, either by the heterogeneity of the realities, whether by temporality of economic and social phenomena, whose constant changes conditioning the framing of non-metropolitan territories (COSTA, 2002). In this sense, we emphasize that our intention is not to propose a definition of medium-sized city and so little to defend a concept of average city per se, but to confront the different perspectives, approaches and criteria of authors and researchers about the challenges of working with of medium-sized cities in Brazil. Our justification endorses the interest in verifying the main criteria and parameters used in the time to classify a city as medium-sized. With regard to research methodology, we promote a dialogue among authors from different theoretical lines. Among them we highlight the contributions of Corrêa (2000), Santos (1993), Fresca (2009) Amorim Filho (2001), Castello Branco (2006), Sposito (2007) among others, constitute the theoretical and methodological references. The results indicate that are countless possibilities of analysis in the context of medium-sized cities given the disparities and diversities of cities and by the functions performed by these cities in Brazilian urban network.

Keywords: Medium-sized cities. Concepts. Theories.

1 INTRODUÇÃO

A proposição deste artigo é discutir os diferentes conceitos, abordagens e interpretações sobre as denominadas cidades médias ou intermediárias no Brasil, destacando os principais critérios que estão na base da sua definição. Nestes termos, a problemática central deste texto é mostrar as dificuldades de se definir cidades médias no Brasil em virtude das especificidades e heterogeneidades destas cidades.

Convém inicialmente esclarecer que não é objeto desta reflexão apresentar uma definição de cidade média e tão pouco defender um conceito *per si* de cidade média, mas estabelecer um diálogo com autores e pesquisadores de diferentes linhas de pesquisa sobre as preocupações e os desafios em se trabalhar com cidades médias no Brasil.

Uma das dificuldades nos estudos das cidades médias diz respeito à questão conceitual, ou seja, não se sabe, ainda, de maneira precisa, se estamos diante de uma terminologia, definição ou classificação (FRANÇA *et al*, 2009). A complexidade dessa discussão parte *a priori* dos critérios e linhas teóricas adotadas por cada pesquisador e também pela singularidade de cada cidade. O que percebemos é que não existe um consenso entre os estudiosos sobre o conceito e a definição de cidade média. Portanto, nossa justificativa respalda-se no interesse em verificar os principais critérios e parâmetros utilizados por esses autores na hora de classificar uma cidade como média.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, utilizamos a metodologia de análise onde promovemos um diálogo entre autores de diferentes linhas teóricas. Entre eles, destacamos as contribuições de Corrêa (2000), Santos (1993), Fresca (2009) Amorim Filho (2001), Castello Branco (2006), Sposito (2007) entre outros, constituindo-se os referenciais teórico-metodológicos. Vale registrar, que esses autores apresentam um novo olhar sobre essa temática e suas pesquisas constituem-se importantes contribuições teóricas, fomentando o debate e os estudos sobre as cidades médias brasileiras.

Neste sentido, iniciamos nosso percurso teórico-metodológico confrontando diferentes perspectivas, conceitos e critérios propostos por vários autores, demonstrando assim, a dificuldade em definir cidade média. Em seguida, discutimos o surgimento dos estudos e pesquisas sobre as cidades médias em âmbito nacional.

2 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O CONCEITO DE CIDADE MÉDIA

“Sabe-se muito bem o que é que a cidade média não é, mas, dificilmente, podemos saber o que é [...] (MICHEL, 1977, 642)”.

Para iniciarmos o debate, de natureza teórico-metodológica, que envolve as cidades médias, é preciso esclarecer que existem distintas terminologias frequentemente utilizadas nas literaturas estrangeiras. Neste sentido, a adoção da terminologia cidades médias é herdada da bibliografia francesa: “*villes moyennes*”, tendo em vista a influência dessa literatura sobre a Geografia Brasileira, em obras de referência que se voltam ao estudo dessas cidades, a escolha dos autores brasileiros tem recaído sobre essa mesma expressão: “cidades médias” (SPOSITO, 2010). Por sua vez, na literatura divulgada em língua castelhana, encontra-se a expressão “*ciudades intermedias*” ainda que alguns autores adotem a terminologia “*ciudades medianas*” e haja os que prefiram “*ciudades medias*”. Também, entre os de língua francesa, para se fazer referência às exceções, porque há os que adotam “*villes intermédiaires*” (SPOSITO, 2010). No caso brasileiro, a terminologia mais reconhecida é “cidades médias”.

Consideramos oportuno esclarecer que, independente do recorte analítico e da linha de pesquisa de cada autor, o eixo de análise das produções científicas abordadas neste artigo sobre as cidades médias brasileiras são norteados pelos critérios de análise quantitativos e qualitativos. Assim, iniciamos nossas reflexões com autores que destacam em seus trabalhos o caráter quantitativo do conceito de cidades médias, mostrando sua importância e também suas deficiências.

Em 1970, surgem no Brasil as primeiras tentativas de abordagens e aproximações teóricas sobre cidades médias, tendo como enfoque principal o “porte médio” da cidade, isto é, o elemento populacional como critério para definir uma cidade como média. O conceito de cidade média num primeiro momento faz menção ao seu tamanho, isto é, seria aquela cidade que está entre a pequena e a grande cidade, ou seja, teria uma dimensão intermediária. De fato, a adjetivação como média conduz à escala de grandeza. Sendo este o entendimento, nada mais significativo do que o contingente populacional (MAIA, 2010).

Para Bellet e Llop (2004, não paginado) “[...] *la dimensión, la talla demográfica y la extensión física eran las variables que contribuían, mayormente, en la delimitación/definición de ciudad media, variables que actualmente se consideran demasiado rígidas y estáticas*”. Dito de outra maneira, o porte demográfico e a extensão física eram as

variáveis mais importantes na delimitação e definição da cidade média, variáveis atualmente consideradas muito rígidas e estáticas.

Ao se pretender averiguar o tamanho, seja da malha urbana, seja do contingente populacional, necessita-se fazer uma medição, uma aferição do tamanho da cidade e/ou do contingente populacional. Para isso, recorre-se aos dados das instituições de estatísticas, que geralmente priorizam em seus estudos o sistema hierárquico das cidades, utilizando terminologias similares às de cidades pequenas, médias e grandes, tomando como base os dados referentes ao tamanho populacional (MAIA, 2010).

[...] para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE -, a cidade média é aquela que possui população entre 100.000 e 500.000 habitantes. Conforme a Organização das Nações Unidas – ONU -, as cidades médias são aquelas com aglomerações entre 100.000 e 1.000.000 de habitantes [...] Andrade e Serra (2001) também trabalham com essa mesma definição de cidade média apresentada pelo IBGE. Enquanto Amorim Filho e Bueno e Abreu (1982) estabeleceram um tamanho mínimo de 10 mil na sede do município [...] (FRANÇA, 2007, p. 51-52).

Entretanto, para Sposito (2009, 13-14) é necessário “[...] empreender um esforço para superar a adoção desses adjetivos de pequenas e médias, cidades pequenas e cidades médias, uma vez que não são suficientes para caracterizar as cidades não metropolitanas”.

Segundo Sposito, o critério populacional não seria determinante na hora de definir uma cidade como média. Logo, Sposito (2009, p. 13-14) levanta uma questão “[...] será que essas duas expressões (pequena/média) são boas para designar um tipo, um padrão, um conjunto de cidades que desempenham vários e diferentes papéis numa divisão de trabalho que se estabelece?”

Quando nos referimos à cidade considerando apenas seu caráter demográfico, estamos considerando as cidades de “porte médio²”, isto é, aquelas que têm entre 50 mil e 500 mil habitantes, porém não se pode conceituar essas cidades como médias apenas empregando o elemento demográfico (SPOSITO, 2006). Em outras palavras, cidade de “porte médio” não é a mesma coisa que “cidade média”. As cidades médias são aquelas que desempenham papéis de intermediação em suas redes urbanas, diferenciando-as de cidades de “porte médio”, que são aquelas que são assim definidas, exclusivamente, em função de seu tamanho demográfico (SPOSITO, 2010).

² No Brasil, há relativo consenso em considerar cidades de porte médio aquelas que estão entre 50 mil e 500 mil habitantes, ainda que esse intervalo esteja sujeito a alterações, a cada vez que os resultados dos censos demográficos são divulgados (SPOSITO, 2010).

Assim, o critério populacional não traduz a dinâmica do conjunto de cidades médias ou mesmo não é sinônimo de uma dada realidade, pois, mesmo que se considere um intervalo de número de habitantes, há ainda muita discrepância entre estes espaços. Em outras palavras, MAIA (2010, p.18) afirma que “[...] considerando-se o território brasileiro, uma cidade com 100 mil habitantes no interior do estado da Bahia não é igual a uma cidade com o mesmo contingente populacional no estado de São Paulo”.

Explicando melhor,

[...] Uma cidade média em uma região pobre, como o Nordeste brasileiro, tenderá a não apresentar comércio e serviços tão diversificados e sofisticados quanto uma cidade de mesmo porte em uma região mais próspera, com uma presença bem mais expressiva de estratos de renda médios, como o interior de São Paulo ou o Sul do país, por exemplo (SOUZA, 2003, p. 30-31).

Milton Santos no livro *A Urbanização Brasileira* de 1993, já indicava os problemas e dificuldades em classificar as cidades médias, considerando apenas o elemento demográfico.

Cabe, todavia, levantar uma questão: podemos classificar as cidades com mais de 20.000 habitantes como médias? Um dos problemas que se apresentam nas ciências humanas é o do uso e interpretação das séries estatísticas, pois o número, em momentos distintos, possui significado diferente. O que chamávamos de cidade média em 1940/50, naturalmente não é cidade média dos anos 1970/80. No primeiro momento, uma cidade com mais de 20.000 habitantes poderia ser classificada como média, mas hoje, para ser cidade média uma aglomeração deve ter população em torno dos 100.000 habitantes. Isto não invalida o uso de quadros estatísticos, mas sugere cautela em sua interpretação (SANTOS, 1993, p. 70-71).

A limitação do critério demográfico nos estudos das cidades médias também é apontada nas pesquisas de Corrêa (2007). Nota-se que existem várias dificuldades na conceituação de cidade média, especialmente aquelas relacionadas ao tamanho demográfico, que deve ser relativizado, pois 100 mil habitantes têm sentido diferente quando se consideram, por exemplo, o sertão da Bahia, o interior de São Paulo e a Amazônia, espaços que passaram por processos diferenciados de urbanização (CORRÊA, 2007).

Para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2002, p. 326) “[...] hoje, o peso demográfico de um centro urbano não mais permite qualificar de maneira definitiva e absoluta seu lugar na hierarquia das cidades”. Dito de outra maneira, a utilização do tamanho demográfico como única característica para se identificar uma cidade média não é suficiente.

Na mesma vertente de raciocínio, Bellet e Llop (2004) contribuem com a análise, afirmando que,

Las ciudades se consideran intermedias no solo con arreglo a tallas demográficas y dimensiones determinadas (coherentes con su contexto geográfico), sino, sobre todo, con relación a las funciones que desarrollan: el papel de mediación en los flujos (bienes, información, innovación, administración, etc.) entre los territorios rurales y urbanos de su área de influencia y los otros centros o áreas, más o menos alejados. Funciones de intermediación entre los espacios locales/territoriales y los espacios regionales/nacionales e, incluso, globales (BELLET; LLOP, 2004, não paginado).

Em outras palavras, as cidades intermediárias são definidas não apenas por seus tamanhos demográficos e dimensões, mas acima de tudo, em relação às funções que desempenham na rede urbana, isto é, o papel dos fluxos de mediação (bens, informação, inovação, administração, etc.) entre os territórios rurais e urbanos da sua área de influência e dos outros centros e áreas menores. Essas cidades exercem funções de intermediação entre os espaços locais e os espaços regionais, incluindo os globais.

Neste sentido, o entendimento da cidade média perpassa pelas funções que ela desempenha na rede urbana³ na intermediação regional. Isto é, a leitura e a análise de uma cidade média devem estar articuladas em diferentes escalas de análise, a partir de combinações particulares entre o tamanho demográfico, o plano morfológico e as funções e usos urbanos que as colocam em diferentes papéis e posições/situações (não hierarquicamente rígidas) na rede urbana (SPOSITO, 2006).

Ressaltamos que o critério demográfico não é o elemento fundamental para se reconhecer esse conjunto de cidades. É importante reconhecer a limitação desse parâmetro e a necessidade de se associar a ele outras variáveis que possam, combinadas, ajudar a compreender os papéis que elas desempenham (SPOSITO, 2010). Entretanto, não devemos desprezá-lo nas análises e estudos sobre cidades médias.

Por que não podemos aplicar somente o critério quantitativo na hora de definir uma cidade como média? Primeiro porque não há relação direta entre o tamanho demográfico de uma cidade e seu papel na rede urbana. Isso implica em afirmar que cidades com mesmo porte populacional podem desempenhar papéis de natureza e de importância diferenciados em uma

³ A rede urbana é o conjunto articulado de centros urbanos resultante de processos complexos desenvolvidos por diferentes atores sociais, que conferem à mesma uma diversidade de características que variam de acordo com o tamanho dos centros, a sua densidade, as funções que desempenham, a natureza, a intensidade e o alcance de suas interações e a forma espacial da rede. Assim, as condições de existência de uma dada cidade ou região do país estão relacionadas à sua produção, circulação e consumo (CORRÊA, 1989, p.08).

dada região. Existem cidades que apesar de não estarem na faixa populacional, cumprem papéis de suporte e sustentam uma determinada estrutura econômica, política e social na região na qual estão inseridas (PEREIRA, 2004).

Exposto o critério quantitativo, passemos agora a considerar também os elementos qualitativos. Neste enfoque, questões como situação geográfica favorável, relevância regional, distanciamento das áreas metropolitanas e oferta de bens, serviços e empregos constituem alguns dos critérios que contribuem para a definição do que seja cidade média (SPOSITO, 2001).

Para Sposito (2010) as cidades médias,

[...] são aquelas que desempenham papéis de ligação, de intermediação entre as pequenas e as maiores cidades, sem desprezar o tamanho populacional como primeiro nível da análise, pois como já destacado, existe a estreita relação entre quantidade e qualidade das dinâmicas e processos (SPOSITO, 2010, p.6).

De acordo com as análises de Sposito (2004, p. 126), cidades médias “são centros regionais importantes, em função de serem os elos entre cidades maiores e menores”. A autora afirma que,

[...] o que se compreende como cidades médias só podem ser consideradas no plano conceitual e a partir de uma análise que contemple a situação geográfica da aglomeração ou centro urbano que a constituem, seus papéis econômicos regionais, suas relações intermediárias entre cidades pequenas e metrópoles, bem como seus papéis político-administrativos. Os papéis econômicos aqui destacados são mais aqueles referentes às atividades comerciais e de serviços do que propriamente as industriais [...] (SPOSITO, 2004, p. 127).

Neste sentido, verificamos que nos estudos e pesquisas desenvolvidos por Maria Encarnação Beltrão Sposito, a ênfase é dada nas relações entre as cidades médias com as cidades menores (sob sua influência) e cidades maiores, isto é, as cidades médias são aquelas que, numa dada divisão territorial do trabalho, são centros regionais importantes em função de serem elos entre cidades maiores e menores. Assim, a cidade média seria o local onde a população das cidades pequenas recorreria quando precisasse de produtos não encontrados em sua cidade (SPOSITO, 2001).

A referida autora dá particular relevância ao papel que a cidade desempenha regionalmente, exercendo forte relação com a área na qual está situada e pela concentração e centralização econômica, tendo em vista a realidade regional, afirmando assim, a importância

do sítio ou posição geográfica nas relações espaciais da cidade, especialmente as que dizem respeito ao consumo, e do seu papel na divisão do trabalho, das funções que desempenham e da questão da distância de centros de maior nível hierárquico (SPOSITO, 2001, 2007).

Entretanto, Leitzke e Fresca (2009) são contrários à opinião de Sposito (2001), isto é, a cidade média não necessariamente é o elo entre as pequenas e grandes cidades. Explicando melhor, esse raciocínio faz lembrar a Teoria das Localidades Centrais⁴, de Christaller.

[...] atualmente a globalização permite-nos ir além da simples relação entre duas cidades separadas apenas por um nível hierárquico. Ou seja, a população de uma cidade pequena não precisa recorrer mais à cidade média como elo à grande. A evolução dos meios de transporte e das comunicações permite que se vá diretamente à grande cidade, ou mesmo à metrópole. Com a internet, por exemplo, pode-se comprar quase qualquer coisa de quase qualquer parte do mundo sem sair do lugar, sentado na própria sala da casa (LEITZKE; FRESCA, 2009, p.7).

Segundo Fresca (2001) para se identificar uma cidade média, é preciso ter o entendimento do contexto socioeconômico de sua inserção, isto é,

[...] na busca de identificar e estudar determinada cidade média é preciso analisar o processo de inserção e as constantes re-inserções dessa cidade em sua rede urbana, verificando as interações regionais e, principalmente, as extra-regionais através dos fluxos materiais e imateriais estabelecidos. Dessa forma, ter o conhecimento da área de influência dessa cidade em todos os setores, entre eles o político, o de comércio e serviços, o econômico e o de ensino etc. (LEITZKE; FRESCA, 2009, p.7).

Tem-se então, a ideia de que cada cidade se apresenta na rede urbana de forma singular, pois se inseriu e foi constantemente reinserida de forma distinta, ou seja, em um contexto sócio econômico distinto, mediante atividades e funções distintas (LEITZKE; FRESCA, 2009).

Em outras palavras, só é possível mensurar o tamanho e a importância de uma cidade a partir do papel que ela desempenha na rede urbana na qual ela está inserida. Contudo, atualmente torna-se mais difícil reconhecer a inserção de uma cidade média em sua determinada rede urbana pelo fato da mundialização da economia e desenvolvimento das telecomunicações (SPOSITO, 2006).

⁴ Teoria das Localidades Centrais de Walter Christaller, pressupõe que o nível de centralidade de uma cidade depende das funções realizadas por ela (CORRÊA, 1989).

[...] há um vasto conjunto de possibilidades de estabelecimento de relações com outras cidades e espaços que não compõem, de fato, a rede a que pertence essa cidade. Por isso é necessário analisar e considerar toda área de influência de uma cidade média, não se limitando ao regional (SPOSITO, 2006, p.147-148).

Outra visão de cidade média é encontrada na obra de Castello Branco (2006) que destaca a centralidade como elemento principal a ser considerado no momento da definição e classificação das cidades médias. Na continuidade, a autora argumenta que,

O tamanho demográfico é importante, pois sempre aparece nos estudos de cidades médias. O tamanho econômico é indicativo da dinâmica econômica do centro. O grau de urbanização porque é no espaço urbano que se realiza as funções articuladoras e prestação de serviços. A qualidade de vida expressa a infraestrutura urbana (segurança, facilidade de deslocamento, entre outros). A centralidade é a principal característica dessa categoria de cidades, uma vez que nela se apóia o seu poder de articulação entre os diferentes níveis de centros urbanos (CASTELLO BRANCO, 2007, p. 250).

Em outras palavras, para a autora acima citada, as características definidoras das cidades médias brasileiras são: o tamanho populacional e econômico, o grau de urbanização, a centralidade e a qualidade de vida.

Na mesma vertente analítica, Soares (1999) afirma que para identificar uma cidade como média, é preciso considerar os seguintes critérios:

Tamanho demográfico, qualidade das relações externas, especialização e diversificação econômica, posição e sua importância na região e na rede urbana de que faz parte, organização espacial e qualidade de vida (SOARES, 1999, p.61).

Para a referida autora, esses critérios podem variar de região para região, de país para país, tendo em vista sua formação histórico/geográfica, que é diversificada segundo sua localização espacial. Desse modo, as cidades médias são definidas pelo lugar que ocupam não apenas na rede urbana, mas também no sistema econômico global (SOARES, 1999).

Outra linha de pensamento defendida por Amorim Filho e Rigotti (2002) aponta para outros aspectos e/ou variáveis de âmbito qualitativo e quantitativo que subsidiam com maior propriedade uma definição e classificação ou tipologia de cidades médias.

Interações constantes e duradouras tanto com seu espaço regional subordinado, quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior; tamanho demográfico e funcional suficiente para que possam oferecer um leque bastante largo de bens e serviços aos espaços microrregionais a ela ligados; suficientes, sobre outro ponto, para desempenharem o papel de centros de crescimento econômico regional e engendrarem economias urbanas necessárias ao desempenho eficiente de atividades produtivas; capacidade de receber e fixar os migrantes de cidades menores ou da zona rural, por meio do oferecimento de oportunidades de trabalho, funcionando, assim, como pontos de interrupção do movimento migratório na direção das grandes cidades já saturadas; condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização com o espaço rural microrregional que o envolve; e diferenciação do espaço intra-urbano, com um centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica, evoluindo segundo um modelo bem parecido com o das grandes cidades, isto é, por intermédio da multiplicação de novos núcleos habitacionais periféricos (AMORIM FILHO; RIGOTTI, 2002, p.09).

Nesta direção, nota-se que as cidades médias oferecem os meios de consumo final das famílias e administrações e o consumo intermediário das empresas

[...] funcionam como entreposto e fábrica, isto é, como depositárias e como produtoras de bens e serviços exigidos por elas próprias e seu entorno [...]; constitui verdadeiros fóruns regionais, um lugar de debate entre preocupações mais imediatas e desígnios mais amplos (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 280).

Com efeito, os papéis urbanos das cidades médias não são estáticos, mas são continuamente modificados de acordo com as necessidades da divisão territorial do trabalho. Nesta perspectiva, Santos e Silveira (2001, p.20) argumentam que “[...] a divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições”.

Outra vertente de raciocínio que afina a análise sobre cidade média é a de Corrêa (2007, p. 24) “[...] que considera a cidade média um tipo de cidade caracterizado por uma particular combinação de tamanho demográfico, funções urbanas e organização de seu espaço intra-urbano”. O referido autor argumenta que essa combinação de características deve ser contextualizada geograficamente. Nessa concepção, a partir das relações entre esses três pontos, é possível definir o que são cidades pequenas, médias e grandes (CORRÊA, 2007).

Corrêa (2007) acrescenta que alguns elementos devem ser considerados na construção de um quadro teórico conceitual sobre as cidades médias. Dentre eles: a presença de uma elite empreendedora, a localização relativa e as interações espaciais, elementos que segundo o autor influem na determinação de uma cidade média. Neste sentido, cabe precisar o

que Corrêa (2007) entende por elite empreendedora, localização relativa e as interações espaciais.

A presença de uma elite empreendedora é condição para a identificação de uma cidade média. É esse elemento que diferencia uma cidade com outras de mesma dimensão demográfica,

[...] porque é ela que estabelece uma relativa autonomia econômica e política numa cidade, criando interesses locais e regionais, competindo em alguns setores de atividades com as grandes cidades e centros metropolitanos [...] (CORRÊA, 2007, p. 28).

Em relação à localização relativa, uma cidade que é essencialmente um centro portuário ou um centro industrial, independentemente de sua população, provavelmente não possa ser considerada uma cidade média, pois como afirma Corrêa (2007, p.28) “[...] não é local de concepção, de tomada de decisões e nem acumulação de capital e, nesse sentido, não dispõe de uma elite empreendedora ativa”.

As interações espaciais nas cidades médias são definidas por Corrêa (2007, p. 29) “[...] como complexas, multidirecionais e marcadas pela multiescalaridade”. Essas interações acontecem em duas escalas: a escala regional e a escala extra-regional (nacional ou internacional). A escala extra-regional, ou seja, aquela que se realiza além da rede onde se localiza uma cidade, é considerada como decisiva na identificação de uma cidade média, pois é essa escala que diferencia esse grupo de cidades de uma capital regional (CORRÊA, 2007).

Traçamos até aqui uma breve discussão sobre os principais critérios utilizados pelos distintos autores na hora de conceituar uma cidade como média. Neste sentido, observamos que o tamanho populacional é considerado apenas um critério complementar e não determinante na hora de definir uma cidade média. Em relação aos critérios qualitativos, o destaque entre os autores é dado à função que a cidade exerce em uma determinada rede urbana.

A seguir, apresentamos de maneira sucinta o surgimento dos estudos e pesquisas sobre as cidades médias no Brasil.

3 AS CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS

O conceito de cidade média surge pela primeira vez na França, em finais dos anos de 1970, quando se preparava o VI Plano de Desenvolvimento Econômico e Social⁵ (1971-1976). Contudo, muito dos princípios e critérios associados à sua definição estiveram presentes no pensamento de técnicos e políticos, bem como nas variáveis intervenções urbanísticas até então desenvolvidas (COSTA, 2002).

Com a crise dos anos de 1970, as cidades médias, aproveitando os seus recursos e potencialidades, surgem como alternativas às grandes cidades em crise e reforçam a sua posição nos sistemas urbanos regionais. A segunda metade dos anos de 1980 constitui outro marco para as cidades médias. A crescente internacionalização da economia e o aumento da competitividade deram lugar a um novo quadro de relações, onde as cidades médias passam a desempenhar papéis distintos dos anteriores (COSTA, 2002, p.101).

Por sua vez, os debates, pesquisas e estudos sobre as cidades médias no Brasil não é recente, remonta à década de 1970, quando das primeiras tentativas de classificação e identificação das mesmas no sistema urbano brasileiro levava em consideração apenas a variável demográfica. Vale registrar que concomitante a esse período houve o grande crescimento das cidades médias e de sua crescente importância na rede urbana brasileira (AMORIM FILHO, 2007).

Essa afirmação pode ser verificada na tabela 01, onde os dados dos recenseamentos entre os anos de 1970 e 2010 indicam o crescente número dos municípios onde a população ultrapassa os 100.000 habitantes. Verificamos que não apenas o número de municípios que correspondem a essa classe de tamanho no Brasil aumentou, mas também o número de pessoas vivendo nestes municípios, conforme indica a tabela seguinte.

Cabe ressaltar que nesta análise utiliza-se o recorte por tamanho dos municípios e não das cidades, neste sentido, mesmo que de forma aproximada, a distribuição dos municípios brasileiros estratificada em classes de tamanho nos indica que os municípios com mais de 100 000 habitantes, aumentaram sua representatividade na população do Brasil.

⁵ Os documentos preparatórios do VI Plano faziam referência à pertinência da criação de uma política de cidades médias, mas foi apenas em 1971 que esta foi definida. Entre os principais objetivos do VI Plano, contam-se a distribuição mais equilibrada do emprego, a continuação do desenvolvimento da região Oeste e o reforço das regiões da existência de uma rede urbana equilibrada e para a qual era fundamental o reforço das cidades médias (COSTA, 2002, p.104).

Tabela 01 - Número de Municípios e População nos Censos Demográficos, Segundo as Classes de Tamanho da População dos Municípios do Brasil – 1970/2010

Classes de Tamanho da População dos Municípios	Número de Municípios e População nos Censos Demográficos				
	1970	1980	1991	2000	2010
Total	Número de Municípios				
	3.952	3.991	4.491	5.507	5.565
Até 2.000	56	56	58	105	118
De 2.001 a 5.000	602	610	682	1.225	1183
De 5.001 a 10.000	1.058	957	1.055	1.312	1.212
De 10.001 a 20.000	1.159	1.114	1.299	1.382	1.401
De 20.001 a 50.000	826	872	926	958	1.043
De 50.001 a 100.000	157	240	284	301	325
Mais de 100.000	94	142	187	224	283
De 100.001 a 500.000	83	124	162	193	245
Mais de 500.000	11	18	25	31	38
Total	População dos Municípios				
	94.508.642	121.150.573	146.917.459	169.590.693	190.755.799
Até 2.000	92.110	88.183	91.431	172.231	197.429
De 2.001 a 5.000	2.213.159	2.228.112	2.451.222	4.316.217	4.176.916
De 5.001 a 10.000	7.764.485	7.069.211	7.687.121	9.376.707	8.541.935
De 10.001 a 20.000	16.403.397	15.937.703	18.453.189	19.654.601	19.743.967
De 20.001 a 50.000	24.998.753	26.728.931	28.005.202	28.700.747	31.344.671
De 50.001 a 100.000	10.443.490	15.937.465	19.379.111	20.911.053	22.314.204
Mais de 100.000	32.593.189	53.160.968	70.850.183	86.459.137	104.436.677
De 100.001 a 500.000	14.610.868	23.631.329	32.073.626	39.576.864	48.565.171
Mais de 500.000	17.982.321	29.529.639	38.776.557	46.882.273	55.871.506

FONTE: IBGE, Censo Demográfico 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

A tabela 01 indica que no ano de 1970 os municípios entre 100.001 a 500.000 habitantes, eram apenas 83 em todo o país, tendo seu número aumentando nos recenseamentos seguintes, alcançando 193 municípios no ano de 2000 e 245 municípios no ano de 2010. Os resultados do último Censo Demográfico indicam o crescimento dos municípios entre 100.001 a 500.000, demonstrando o fenômeno de interiorização da população brasileira. Entretanto, ainda não existem elementos para se compreender esta dinâmica, mas se pode afirmar que o crescimento econômico, a abertura de novas oportunidades de trabalho e negócios e a expansão de fronteiras foram fatores que alteraram as características de crescimento e distribuição da população brasileira (SOARES; MELO, 2010).

Os dados da tabela 01 também indicam que os municípios com mais de meio milhão de habitantes eram somente 11 em 1970 e somam 38 em 2010, ou seja, os dados do último recenseamento do Brasil parecem confirmar a tendência ao movimento que os anos de 1970 já vinham registrando, com o aumento do número de municípios acima de 500.000 habitantes.

É relevante assinalar que em 1970 a população dos municípios com mais de 100.000 habitantes era de 32.593.189, atingindo no ano de 2010 a marca de 104.436.677 habitantes, mostrando que houve um aumento no número destes municípios e de suas populações.

Retomando a discussão sobre os primeiros estudos e pesquisas realizadas no Brasil sobre cidades médias, Amorim Filho (2007) afirma que as mesmas razões que produziram o interesse governamental e acadêmico pelas cidades médias nos anos 1970⁶ permanecem nos anos 1990⁷. Entretanto, acrescidas pelas transformações ocorridas na economia, na geopolítica e nas comunicações mundiais, bem como nos aspectos que passaram a fazer parte dos valores e paradigmas da sociedade nos últimos 20 anos, são eles:

[...] o primeiro cobre as várias condições que possibilitam uma boa qualidade de vida, para a maior parte dos homens em um determinado lugar; o segundo inclui as questões entrelaçadas do patrimônio, principalmente histórico-urbano e da busca crescente da identidade, por parte dos mais diferenciados grupos humanos, o que apresenta dificuldades tanto maiores, quanto maiores são as aglomerações urbanas; o terceiro envolve os temas, também intimamente interligados, das percepções valores, motivações e preferências sociais e individuais, aspectos altamente relacionados com a intensidade e o direcionamento dos fluxos turísticos de massas humanas cada vez maiores (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p. 30).

Outra contribuição importante aos estudos e pesquisas sobre cidades médias brasileiras foi a criação, em meados da década de 1990, da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (RECIME), um grupo de estudos composto por professores de 18 universidades brasileiras e duas instituições de ensino superior da Argentina e do Chile que tem como objetivo debater e fomentar pesquisas sobre espaços urbanos não metropolitanos.

⁶ No Brasil, o interesse em estudar as cidades médias iniciou-se na década de 1970, em decorrência das políticas de ordenamento territorial que tinham como objetivo conter a intensa migração em direção às metrópoles, bem como incentivar a criação de novos pólos de desenvolvimento em regiões periféricas (SOARES; MELO, 2010, p.232).

⁷ O tema das cidades médias é retomado como área de estudo no meio acadêmico, na década de 1990, tendo em vista os indicadores socioeconômicos proporcionados pelas mudanças estruturais ocorridas na economia mundial que replicaram na urbanização brasileira (SOARES; MELO, 2010, p.233).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Duas grandes questões traduzem a problemática central que foi desenvolvida neste artigo: a primeira diz respeito às inúmeras abordagens, interpretações e conceitos de cidade média; a segunda trata de identificar quais os critérios utilizados na hora de definir uma cidade média.

Em nosso artigo consideramos os diversos níveis analíticos interpretativos sobre cidades médias e verificamos algumas características e critérios importantes que estão na base dos estudos sobre cidades médias no Brasil.

O primeiro critério identificado por nós é de ordem quantitativa, onde se verificou que o tamanho populacional usado por alguns autores mostra-se insuficiente na atualidade e, por isso, não deve ser utilizado unicamente como base para identificação de uma cidade média. Ele será, apenas, mais uma característica da cidade no estudo de sua inserção na rede urbana. A rigor, é insuficiente a definição das cidades médias apenas por suas características demográficas.

O segundo critério identificado é de caráter qualitativo, onde os autores buscam incorporar aspectos de outra natureza na análise das cidades médias como, por exemplo, função que desempenha na rede urbana, importância regional, características socioeconômicas e demográficas da área de influência.

O caminho percorrido neste artigo nos mostra que os critérios mais frequentes utilizados na definição de uma cidade média são: tamanho demográfico, funções urbanas, dinâmica intra-urbana, intensidade das relações interurbanas e com o campo, indicadores de qualidade de vida, infraestrutura, distanciamento de áreas metropolitanas, situação geográfica favorável, capacidade de retenção da população migrante e estrutura para ofertar bens e serviços.

Neste sentido, nosso percurso revela que referenciais teórico-metodológicos diferenciados também expressam em pontos de vista teórico-conceituais que não são idênticos, ainda que não sejam completamente divergentes entre si. Essa divergência na hora de conceituar cidade média possibilita o debate, ou seja, ver um dado fato, dinâmica ou processo a partir de perspectivas variadas enriquece os estudos e pesquisas sobre cidades médias.

5 REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, O. B. Origens, evolução e perspectivas dos estudos sobre as cidades médias. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.69-87.

AMORIM FILHO, O. B; RIGOTTI, J. I. R. Os limiares demográficos na caracterização das cidades médias. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, 2002, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: 2002. p.1-22.

AMORIM FILHO, O. B; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Orgs.). **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 1-34.

BELLET, C. S.; LLOP, J. M. T. Miradas a otros espacios urbanos: las ciudades intermedias. **Scripta Nova**, Universidade de Barcelona, v.8, n.165, maio, 2004. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-165.htm>. Acesso em: 16 abril 2013.

CASTELLO BRANCO, M. L. Cidades Médias no Brasil. In: SPOSITO, E. S; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Orgs.) **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. Cidades médias no Brasil. In: SPOSITO, M E B. **Cidades médias**: espaços em transição. Expressão Popular: São Paulo, 2007. p. 245 - 364.

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M E B. **Cidades médias**: espaços em transição. Expressão Popular: São Paulo, 2007. p. 23-34.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Rede urbana e Formação Espacial: uma reflexão considerando o Brasil. Revista **Território**, Rio de Janeiro, ano. 5, n.8, p.121-129, jan./jun.2000.

COSTA, E. M. da. **Cidades Médias**: Contributos para sua definição. Revista **Finisterra**, Lisboa, ano 37, v. 47, p. 101-128, 2002.

FRANÇA, I. S. de. **A cidade média e suas centralidades**: O exemplo de Montes Claros no norte de Minas Gerais. 2007. 240f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

FRANÇA, I. S. de.; PEREIRA, A. M.; SOARES, B. R.; MEDEIROS, D. L. Cidade Média, Polarização Regional e Setor de Educação Superior: Estudo de Montes Claros, no Norte de Minas Gerais. Revista **Formação**, Presidente Prudente, v. 2, n.16, p.52-70, 2009.

FRESCA, Tânia Maria. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino de Geografia. Revista **Geografia**, Londrina, v.10, n.1, p. 27-34, jan./jun. 2001.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil**: redes urbanas regionais – norte, nordeste e centro-oeste. Brasília: IPEA, v.4, 2002.

LEITZKE, A.; FRESCA, T. M. Londrina não é cidade média. In: SEMANA DE GEOGRAFIA, 25, SEMINÁRIO DE GEOGRAFIA DO NORTE DO PARANÁ, 4, 2009, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2009. p.1-15.

MAIA, D. S. Cidades Médias e Pequenas do Nordeste: Conferência de Abertura. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (Orgs.) **Cidades Médias e Pequenas**: Teorias, Conceitos e Estudos de Caso. Salvador: SEI, 2010. p.15-41.

MICHEL, M. Ville moyenne, ville moyen. **Annales de Géographie**, Paris, v. 86, n. 478, p. 641-685, sep./oct. 1977.

PEREIRA, J. C. M. **Importância e significado das cidades médias na Amazônia**: uma abordagem a partir de Santarém (PA). 2004. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

SANTOS, M. A **Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. A.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOARES, B. R. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. Revista **Formação**, Presidente Prudente, v. 1, n. 6, p. 55-63, 1999.

SOARES, B. R.; MELO, N. A. Cidades Médias e Pequenas: Reflexões sobre os Desafios no Estudo dessas Realidades Socioespaciais. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (Orgs.) **Cidades Médias e Pequenas**: Teorias, Conceitos e Estudos de Caso. Salvador: SEI, 2010. p. 229-247.

SOUZA, M. L. de. **A B C do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, M. E. B. (*et al*). O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 35-68.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B. (org.) **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP, 2001. p. 609-642.

_____. Desafios para o estudo das cidades médias In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LA RED IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZACIÓN Y TERRITÓRIO, 11, 2010, Mendoza. **Anais...** Mendoza: UNCUYO - Universidad de Cuyo, 2010. p. 01-18.

_____. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas – Brasil. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SORBAZO, O. (Orgs.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. Novos conteúdos nas periferias urbanas nas cidades médias do estado de São Paulo, Brasil. Revista **Investigaciones Geográficas**, Boletín del Instituto de Geografía-UNAM, Cidade do México, n.54, 2004.p. 114-139.

_____. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: FASE/ICSA/UFPA, 2009.